

A INDUSTRIALIZAÇÃO CARIOCA E FLUMINENSE (1889 – 1930)

Wilson Vieira

RESUMO

O presente trabalho objetiva expor a industrialização carioca e fluminense entre 1889 e 1930, mostrando primeiramente o debate historiográfico sobre a possibilidade de uma ligação direta da decadência da cafeicultura fluminense com o desempenho industrial da região no referido período. Posteriormente, no sentido de se buscar uma confrontação empírica, faz -se um breve resumo do desenvolvimento industrial brasileiro entre 1808 e 1930 como ponto de partida para uma análise mais pormenorizada da cidade e do Estado do Rio de Janeiro, baseada nas estatísticas do período, que nos mostram o retrocesso relativo industrial dessa região a partir de 1920, tendo em vista o avanço da indústria paulista.

INTRODUÇÃO

Para podermos entender o processo de industrialização carioca/fluminense no período analisado e sua ligação com o desempenho da cafeicultura fluminense, faremos inicialmente uma discussão historiográfica sobre o tema. Após isto, faremos um breve retrospecto da indústria no Brasil de uma maneira geral, seguida de uma análise mais pormenorizada do desempenho da indústria carioca/fluminense. Por fim, tecemos algumas considerações finais no sentido de se buscar algumas luzes no entendimento do processo de industrialização da região, confrontando a discussão historiográfica com os dados estatísticos do desempenho industrial da região no período.

INDUSTRIALIZAÇÃO CARIOCA/FLUMINENSE NO PERÍODO: UMA DISCUSSÃO HISTORIOGRÁFICA

CANO (1985 e 1998) e PIGNATON (1977) defendem que a derrocada da cafeicultura fluminense contribuiu para o retrocesso relativo industrial do Rio de Janeiro, que só não foi pior devido ao peso e ao tamanho de sua indústria, que se formou primeiro e foi conquistando mercados, até ser suplantada pelo avanço industrial de São Paulo (comparando-se os Censo de 1907 com o Censo de 1920).

LEOPOLDI (1986) afirma que foi justamente nas décadas de 1880 e 1890 que o Rio de Janeiro se firmou como o principal centro industrial e financeiro do país, pois as características da cidade (centro financeiro, portuário, comercial e político-administrativo), as mudanças trazidas pelo regime republicano e a abolição da escravidão contribuíram para isso, a despeito da crise da cafeicultura. A autora critica a visão de Cano, na qual se afirma que houve retrocesso industrial relativo do Rio de Janeiro (tendo em vista o avanço de São Paulo) e de que essa região teve fatores limitantes a um maior crescimento industrial. Ela diz que houve, na verdade, um descompasso no ritmo da industrialização, ou seja, a indústria do Distrito Federal continuou a crescer nas três primeiras décadas do século XX, mas de forma lenta, enquanto o parque industrial paulista se expandia rapidamente. O antigo Distrito Federal prosseguiu o seu crescimento moderado até a década de 1920, quando começou a apresentar sinais de desaceleração nesse setor, enquanto o interior fluminense se expandia e São Paulo imprimia maior velocidade ao seu desenvolvimento industrial. Ela afirma que no período 1900-1920 não se observam “sinais precisos de desaceleração industrial” do Rio de Janeiro, mas sim uma transformação na estrutura da indústria, havendo redução do número de estabelecimentos, concentração da produção num número pequeno de grandes indústrias, que investiam altamente o capital em maquinaria atualizada, além de possuírem muitos trabalhadores.

GUARITA (1986) sustenta a idéia de que o crescimento industrial carioca não foi diretamente dependente da atividade cafeeira, que tinha no Rio de Janeiro seu porto de exportação. Para o autor, o sucesso posterior à decadência do café decorreu do dinamismo e magnitude do mercado consumidor da cidade do Rio de Janeiro, além da capacidade da indústria de penetrar com sua produção nos principais mercados do país. Porém, no longo prazo (como pode ser visto no período transcorrido entre o Censo de 1907 e o Censo de 1920), a indústria carioca revelaria uma perda

progressiva na sua importância relativa na atividade industrial brasileira. E LEVY (1988) afirma que a expansão significativa da indústria do Rio de Janeiro ocorreu da segunda metade do século XIX até as proximidades da Segunda Guerra Mundial, não tendo se constituído numa atividade diretamente dependente da economia cafeeira, e alcançando um sucesso decorrente da entrada de sua produção nos principais mercados do país (isto enquanto teve capacidade para tanto). Porém, observando também o desempenho industrial da cidade e do Estado do Rio de Janeiro nos Censos de 1907 e de 1920, a autora conclui que houve uma perda progressiva da importância relativa que essa região tinha no país, devido ao crescimento paulista e, sobretudo, por causa da perda de mercados que abastecia, além do uso de tecnologia energética mais antiquada e falta de economias externas.

Do debate descrito acima, como uma forma de sistematização, podemos perceber que se destacam três blocos de posições, a saber: i) a derrocada da cafeicultura fluminense causou o retrocesso relativo industrial do Rio de Janeiro [posição defendida por CANO (1985 e 1998) e PIGNATON (1977)]; ii) a decadência da cafeicultura fluminense não trouxe reflexos diretos à indústria do Rio de Janeiro, apresentando um quadro de extraordinário desenvolvimento no final do século XIX [posição defendida por LEOPOLDI (1986)]; iii) a indústria do Rio de Janeiro cresceu sem relação de dependência direta com a atividade cafeeira, mas apresentou um quadro de perda relativa de participação na produção industrial do país, dado o crescimento da indústria de São Paulo [posição defendida por GUARITA (1986) e LEVY (1988)].

DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO ENTRE 1808 E 1930: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Tecendo algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro, afirmamos que no período 1808-1860, houve incentivos estatais à produção manufatureira, via subsídios e tarifas protecionistas. No período 1860-1889, cessaria o apoio do Estado, com as fundições e estaleiros sofrendo, conseqüentemente, um processo de decadência, sobrevivendo apenas as manufaturas de bens de consumo não duráveis. Vale ressaltar que na maior parte do período imperial, a política cambial e tarifária não colaborou para uma industrialização mais efetiva. A existência do problema básico dessa economia, que era a manutenção de um sistema escravista de

produção e também de um sistema financeiro montado totalmente para operações de curto prazo, tendo como exceção a casa bancária Mauá, Mac Gregor & Cia., que financiava o estabelecimento Ponta d'Areia, também não contribuíram para tal intento.

Contudo, no final do Império notou-se uma tendência protecionista, continuando no início da República, como em 1890, quando o governo, devido à desvalorização do mil réis, passou a cobrar parte dos direitos alfandegários pagos em ouro (quota-ouro) e como em 1893, quando o governo desvalorizou o mil réis de 24 dinheiros (d) para 12 d.

Também destaca-se o Encilhamento que, apesar do surgimento de vários empreendimentos fantasmas, contribuiu para o impulso da industrialização, principalmente no Rio de Janeiro, além da revogação da “lei dos entraves” em 1882 e da nova lei das sociedades anônimas em 1890, que facilitou, e muito, a constituição de novas empresas.

Em 1900 foi feita uma reforma tarifária, interrompendo-se o movimento pendular das tarifas, característico do século XIX. Com isso, houve o incentivo para uma grande expansão da capacidade produtiva antes da I Guerra Mundial, contando com um câmbio estável e relativamente alto e uma barreira alfandegária de cunho fortemente protecionista. Durante a guerra, houve um pequeno alento de exportações industriais, destacando-se os tecidos de algodão e a carne frigorificada (que se prolongaram até 1923). Ver Tabela 1 e Tabela 2.

Quanto à carne frigorificada, é importante acrescentar que foi fabricada por frigoríficos estrangeiros que se instalaram no Brasil (estados de São Paulo e Rio Grande do Sul), com a finalidade de exportar para dar suporte à guerra e não para abastecer o mercado nacional.

Tabela 1
Brasil – Exportações de Produtos Industriais

Anos	Quantidade				Valor (contos de réis)			
	Tecidos de Algodão (milhões de m)	Açúcar (1.000 t)	Carne Frigorificada (1.000 t)	Banha (1.000 t)	Tecidos de Algodão	Açúcar	Carne frigorificada	Banha
1912	0	4,8	-	-	0	839	-	0
1913	0	0,6	-	-	-	155	-	0
1914	0	11,3	0	-	-	2.127	0	0
1915	0	37,0	8,5	-	0	8.256	6.122	0
1916	0	40,9	33,7	-	0	20.851	28.193	0
1917	0,1	127,6	66,5	10,2	112	68.889	60.133	17.745
1918	0,7	106,6	60,5	13,3	1.116	94.565	60.755	26.161
1919	0,7	69,0	51,6	20,0	874	57.357	56.799	39.889
1920	0,8	80,3	60,9	11,2	1.649	83.764	53.614	22.459

Fonte: Villela & Suzigan (1973: 149).

Obs.: 0: cifra insignificante.

Tabela 2
Brasil – Consumo Aparente de Tecidos de Algodão – 1911-1930
(em milhões de metros)

Anos	A	B	C	D=A+B-C
	Produção Nacional	Importações	Exportações	Consumo Aparente
1911	379	84,5	0	463,5
1912	400	69,6	0	469,6
1913	385	59,4	0	444,4
1914	314	22,4	0	336,4
1915	471	17,5	0	488,5
1916	474	30,0	0	504,0
1917	548	24,8	0,1	572,7
1918	494	28,4	0,7	521,7
1919	584	22,4	0,7	605,7
1920	587	29,4	0,8	615,6
1921	552	12,2	3,3	560,9
1922	627	19,0	4,7	641,3
1923	940 ⁽¹⁾	23,7	4,8	958,9
1924	580	35,3	0,3	615,3
1925	536	44,3	0,1	580,2
1926	539	44,3	0,1	583,2
1927	594	43,8	0,1	637,7
1928	582	50,3	0,1	632,2
1929	478	29,9	0,1	507,8
1930	476	8,1	0	484,1

Fonte: Villela & Suzigan (1973).

Nota: (1) Valor excepcional, aparentemente errado.

Obs.: os dados do comércio exterior foram ajustados para as unidades de medida, 1 kg de tecido de algodão = 6,05 m, para se tornarem comparáveis aos da produção interna.

Segundo VILLELA & SUZIGAN, (1973: 150), “(...) as exportações de produtos industrializados ou semi-industrializados praticamente cessaram no pós-guerra, o que parece indicar que seus preços não eram competitivos.”

No tocante à década de 1920, percebemos que a indústria teve um comportamento ciclotímico. No início da década (em 1920), ocorre expansão considerável da capacidade produtiva, devido à acumulação de reservas financeiras durante a guerra pelas empresas industriais e também por causa da eliminação dos entraves às importações, propiciando a expansão de bens de capital e de bens de consumo (que colaborou para que não houvesse correspondente expansão da demanda dos produtos industriais brasileiros). Nos anos 1921-1923, a produção industrial cresce, aproveitando a capacidade produtiva expandida e o encarecimento dos produtos industriais estrangeiros (devido à desvalorização cambial, aumento nos meios de pagamento, grandes déficits orçamentários e alta de preços). No período 1923-1926 ocorre o oposto: a produção industrial cai e fica estagnada, enquanto as importações de bens de capital sobem até 1925, devido à valorização cambial e à política de contenção fiscal e monetária. No triênio 1927-1929, temos o seguinte movimento: em 1927-1928 há expansão novamente dos meios de pagamento e desvalorização cambial em 1927, com estabilização subsequente (apesar da política de equilíbrio orçamentário ter obtido saldos positivos em 1928 e 1929), colaborando para a recuperação da produção industrial brasileira.

Em média, podemos afirmar que a taxa média de crescimento da indústria nacional no período 1920-1928 foi de 3,9%, inferior à registrada entre 1911 e 1919, que foi de 4,6%, cabendo destacar o desempenho do Estado de São Paulo, que teve um índice de crescimento industrial de 6,6%, se tomarmos 1920 como base (ou 5,7%, se o ano-base for 1919), ou seja, superior à média brasileira.

É importante acrescentar que no fim da década de 1920, a proteção tarifária não era mais eficaz por causa da inflação e das oscilações cambiais. Entretanto, na maior parte do período 1904-1930, foi amplamente suficiente para proteger a produção de tecidos grosseiros e para a indústria de uma maneira geral poder se expandir.

DESEMPENHO INDUSTRIAL CARIOCA E FLUMINENSE NO PERÍODO

Observando mais detidamente o desempenho industrial do antigo Distrito Federal e do antigo Estado do Rio de Janeiro, e tomando por base as diversas estatísticas do período, verifica-se um quadro de liderança no desenvolvimento industrial brasileiro pelo menos até 1907, apesar do quadro de decadência da cafeicultura fluminense: isso se explica pelo fato da cidade do Rio de Janeiro ser o centro financeiro e comercial na época e a sede do Estado, além das regiões cafeeiras fluminenses, de Minas Gerais, do Espírito Santo e de São Paulo (Vale do Paraíba) terem sido suas tributárias. Todos estes fatores contribuíram para a formação do primeiro espaço financeiro, comercial e industrial mais importante do país.

Além dos fatos relatados acima, as políticas econômicas do final do Império e do início da República criaram condições para a expansão da indústria de bens de consumo (destacando-se a indústria de fiação e tecelagem). Entre 1881 e 1895, a produção aumentou cerca de 11 vezes, acontecendo o mesmo com o número de operários, que passou de 530 para 5.435 no período.

A maioria das fábricas foi fundada após 1887 e todas estas já operavam em escala de produção avançada, utilizando energia elétrica, fornecida pelos geradores das próprias fábricas, dada a ausência de um fornecedor externo naquele momento (a Light, companhia de eletricidade do Rio de Janeiro, só começa a operar no início do século XX).

Apesar da limitação na geração e fornecimento de energia elétrica, a indústria continuou a se expandir, cabendo destacar não somente o setor têxtil, mas também a fundação do Moinho Inglês em 1886 e do Moinho Fluminense em 1887, localizados junto ao porto. Essa expansão pode ser observada nos dados listados na tabela abaixo, que denota uma sensível redução na importação de bens de consumo individuais e um aumento na importação de bens de produção pelo porto do Rio de Janeiro.

Tabela 3
Porto do Rio de Janeiro – Importação (médias Anuais)

Ramos Industriais e Produtos	1891-95	1896-99
Combustíveis		
Carvão de Pedra (ton)	454.078	564.676
Querosene (caixas)	427.433	456.186
Matérias-Primas Básicas		
Cimento (barricas)	146.341	155.604
Indústria Química		
Fósforos (caixões)	17.029	4.963
Têxteis		
Tecido do Cânhamo (fardos)	2.017	607
Produtos Alimentares		
Farinha de Trigo (barricas)	472.016	321.617
Massas (caixas)	40.833	2.793
Bebidas		
Cerveja (caixas)	57.036	3.302

Fonte: Villela & Suzigan (1973).

A fase fabril foi atingida pela cidade do Rio de Janeiro basicamente nos setores de bens de consumo para trabalhadores, basicamente têxtil e alimentar (como podemos observar na tabela acima, com a diminuição da importação dessas mercadorias). Segundo o Censo de 1907, representavam conjuntamente 47,3% do valor da produção industrial, 40,0% da força de trabalho e utilizavam 67,2% da força motriz industrial do então Distrito Federal.

Observando o desempenho do setor têxtil isoladamente, mais especificamente a fiação e tecelagem, nota-se sua grande concentração (tomando-se os dados do Censo de 1907 como base): na cidade do Rio de Janeiro havia 22 estabelecimentos que concentravam 20% do valor da produção, 29,5% dos operários e 50% da força motriz empregada na indústria. No Estado do Rio de Janeiro ocorria algo semelhante: a indústria têxtil representava 40,7% do valor da produção industrial e empregava 54,6% da mão-de-obra industrial nos seus 25 estabelecimentos de fiação e tecelagem. Agregando-se a cidade e o Estado do Rio de Janeiro, eles detinham juntos 38,3% da produção nacional, enquanto São Paulo detinha 26,3% desse total (ver tabela abaixo).

Tabela 4
Valor da produção Industrial - % do Total Nacional

Unidade Federada	Indústria em Geral	Fiação e Tecelagem
Rio de Janeiro	37,6	38,3
Antigo Distrito Federal	29,9	25,0
Antigo Estado do Rio de Janeiro	7,7	13,3
São Paulo	16,1	26,3

Fonte: Egler (1979), elaborada a partir dos dados brutos do Censo de 1907.

Em termos de diversificação industrial, o Rio de Janeiro apresentava um quadro superior a São Paulo, como observamos na tabela acima. Porém, este fato deve ser ponderado, como CANO (1998: 262) o faz: “(...) essa indústria era uma das mais diversificadas do país, tendo-se em conta que, dos 98 grupos de produtos que figuram no Censo de 1907, [a cidade do Rio de Janeiro] tinha fábricas que produziam 78 desses grupos de produtos, e em 20 deles ela era a única produtora no país. Em que pese isso, 18 desses 20 grupos se caracterizam como segmentos formados por pequenos estabelecimentos cujos volumes de produção estavam obviamente vinculados ao mercado local.”

O quadro acima se modifica quando se verificam os dados do Censo de 1920, que denotam a perda da supremacia industrial do antigo Distrito Federal para São Paulo (como nos mostram as tabelas abaixo).

Tabela 5
Capital Empregado na Indústria (em mil réis)

Estados	Anos	
	1907	1920
Antigo Distrito Federal	167.120:259\$000	441.669:448\$000
Rio de Janeiro	85.765:457\$000	126.206:050\$000
São Paulo	127.702:191\$000	537.817:439\$000

Fonte: Censo de 1907 e Censo de 1920.

Tabela 6
Número de Operários na Indústria

Estados	Anos	
	1907	1920
Antigo Distrito Federal	34.856	55.476
Rio de Janeiro	13.632	16.798
São Paulo	24.186	82.900

Fonte: Censo de 1907 e Censo de 1920.

Tabela 7
Valor da Produção Industrial (em contos de réis)

Estados	Anos					
	1907	Partic. Regional (%)	1920	Partic. Regional (%)	1929 (1)	Partic. Regional (%)
Antigo Distrito Federal	218.344	18,7	666.276	22,3	918.704	22,3
Rio de Janeiro	56.002	4,8	184.161	6,2	252.431	6,1
São Paulo	118.087	10,1	986.110	33,0	1.464.468	35,5
Demais Estados	773.699	66,4	1.152.629	38,5	1.487.547	36,1
TOTAL	1.166.133	100,0	2.989.176	100,0	4.123.149	100,0

Fonte: Censo de 1907, Censo de 1920 e Anuário Estatístico do Brasil de 1936.

Nota: (1) Média de 1925 a 1929.

A perda do domínio industrial do antigo Distrito Federal no Brasil foi causada por duas ordens de fatores:

- i) Consolidação da indústria de São Paulo.
- ii) Problemas enfrentados pela indústria do Rio de Janeiro no tocante aos transportes, aos salários, ao fornecimento de energia elétrica, às restrições de fontes de acumulação e à perda de mercados devido à decadência de sua região cafeeira tributária.

No tocante à primeira ordem de fatores, cabe afirmar que o desenvolvimento da indústria de São Paulo origina-se da própria expansão cafeeira ocorrida no “Oeste Paulista”, que contava com mão-de-obra livre em abundância (tanto que existiram “sobras” que se encaminharam para a cidade de São Paulo, formando o mercado de trabalho urbano), trabalhando em regime de “colonato”, contribuindo, assim, para a criação de um amplo mercado de bens-salário.

Em São Paulo, ao contrário do Rio de Janeiro, formou-se o que CANO (1998: 80) denomina de complexo cafeeiro capitalista:

“À medida que a atividade nuclear se ampliava, passou a induzir, crescentemente, o surgimento de uma série de atividades tipicamente urbanas, como a industrial, a bancária, escritórios, armazéns e oficinas de estradas de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação e outros, requerendo e facultando, ainda, a expansão do aparelho do Estado. No momento em que estas crescessem, uma série de outras, mais vinculadas ao processo de urbanização, também se desenvolveriam: o comércio varejista, os transportes urbanos, comunicações, energia elétrica, construção civil, equipamentos urbanos, etc. Quanto mais avançava esse processo, mais interdependentes se tornavam todas essas atividades, gerando uma intrincada rede de conexões econômicas, financeiras e de serviços. Esse processo [se inicia em 1881 e] tem seu momento decisivo de aceleração, a partir de 1886 e, mais especificamente, entre 1890-1900, quando a produção cafeeira paulista perfaz 57% do total nacional.”

É possível dizer, então, que o café possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1929.

A dinâmica dos investimentos ocorria da seguinte maneira: tanto nas situações de auge quanto nas situações de depressão de preços, havia “vazamentos” de lucros para outros compartimentos da economia. Nas situações de auge a massa de lucros da cafeicultura era enorme, abrindo novas perspectivas para a diversificação dos investimentos. Na depressão, dado que os cafezais das zonas novas e pioneiras têm uma produtividade física maior do que as áreas maduras, há grande massa de lucros; porém, com as perspectivas depressivas, os cafeicultores dessas áreas observam outros compartimentos da economia, procurando diversificar seus investimentos e, assim, manter suas taxas de lucro.

Com o êxito do desempenho desse complexo vão surgindo mais indústrias, melhor aparelhadas tecnologicamente do que as similares do Rio de Janeiro, penetrando em mercados antes dominados pela indústria carioca/fluminense.

Outros pontos favoráveis à indústria paulista: a presença de uma agricultura diversificada mais dinâmica do que a apresentada no Estado do Rio de Janeiro, colaborando para a produção de alimentos (que por sua vez contribuía para taxas de salários inferiores às apresentadas no antigo Distrito Federal, além da própria abundância de mão-de-obra) e matérias-primas (como o algodão, por exemplo, que

livrava São Paulo da dependência de importações, ao contrário do Rio de Janeiro, que continuou importando em todo o período analisado).

Analisando a segunda ordem de fatores, no tocante aos problemas com transportes, cabe destacar que a indústria carioca enfrentou problemas tarifários na Estrada de Ferro Central do Brasil. Esta estrada, diferentemente do restante das empresas ferroviárias do país, obtinha as maiores receitas do transporte de mercadorias no item produtos manufaturados, destacando-se os tecidos, pela sua magnitude. Como essa estrada era uma via importante de distribuição desses produtos, qualquer mudança na cobrança de tarifas logo se refletia nos custos de produção.

A partir de 1907, os setores industriais passaram a pressionar sistematicamente a direção da estrada, pedindo a redução do preço dos seus fretes (talvez na busca de conseguir mercados não atingidos por São Paulo), obtendo sucesso. Entretanto, a empresa sofreria déficits operacionais vultosos, que a obrigaria a aumentar as tarifas (ver tabela abaixo). Segundo LEVY (1988: 233), de 1913 em diante, “(...) a indústria do Rio de Janeiro enfrenta a elevação sucessiva das despesas com o transporte ferroviário, que culmina, em 1917, com um aumento geral de 20%, provocado pelo aumento no preço dos combustíveis. Em 1927, há um novo aumento, que recai sobretudo nas tarifas cobradas nos transportes de maiores distâncias.”

Tabela 8
Evolução das Tarifas de Transporte Ferroviário para Artigos Manufaturados Nacionais

Quilômetros	Tarifa por Tonelada - Quilômetro					
	1897	1907	1913	1919	1926	1927
0 a 100	\$360	\$210	\$200	\$277	\$240	\$400
101 a 200	\$200	\$100	\$180	\$252,5	\$216	\$360
201 a 300	\$200	\$100	\$160	\$228	\$192	\$320
301 a 400	\$100	\$050	\$140	\$203,5	\$168	\$280
401 a 500	\$100	\$050	\$120	\$175	\$144	\$240
501 a 600	\$100	\$050	\$100	\$154,5	\$120	\$200
601 a 700	\$100	\$040	\$100	\$130	\$096	\$160
701 a 800	\$100	\$040	\$100	\$105,5	\$072	\$120
801 a 900	\$100	\$040	\$100	\$081	\$048	\$080
901 em diante	\$100	\$040	\$100	\$056,5	\$024	\$040

Fonte: Guarita (1986).

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, cabe lembrar que as empresas faziam investimentos na sua geração, antes da criação de redes de distribuição. Com o acesso da indústria à energia elétrica produzida por terceiros a partir de 1907 (quando foi celebrado o acordo entre a Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Co. Ltd. - que doravante chamaremos somente de Light - e a prefeitura do Rio de Janeiro), houve ampliação de suas margens de lucro e a possibilidade de instalação próxima aos centros urbanos, onde se concentrava o mercado consumidor. No Censo de 1920, registra-se que em média, 84,6% da força motriz utilizada era fornecida pela Light (ver tabela abaixo).

Tabela 9
Indústria do Distrito Federal – Distribuição da Potência Motriz segundo a Natureza da Força Empregada em 1920 (em percentagem)

Grupos de Indústrias	Gerada no Próprio Estabelecimento	Fornecida pela Light
Têxtil	5,2	94,8
Couros e Peles	61,4	38,6
Madeiras	14,3	85,7
Metalurgia	3,4	96,6
Cerâmica	14,9	85,1
Produtos Químicos	29,5	70,5
Alimentação	19,6	80,4
Vestuário e Toucador	9,5	90,5
Mobiliário	11,8	88,2
Edificação	5,6	94,4
Construção de Aparelhos de Transporte	22,1	77,9
Produção e Transmissão de Forças Físicas	2,5	97,5
Indústrias de Luxo	-	100,0
MÉDIA PERCENTUAL	15,4	84,6

Fonte: Censo de 1920 e Guarita (1986).

A Light, entre 1907 e 1914, não cobrava as tarifas como o contrato com a prefeitura estipulava, mas sim um preço único, qualquer que fosse o consumo, representando, então, custos decrescentes para o elevado consumo industrial, além da cobrança ser feita somente em papel-moeda, dispensando-se o pagamento em ouro. Com essas medidas, os setores industriais principais utilizavam de 80 a 100% da energia fornecida pela concessionária.

Entretanto, em 1914, a Light passa a exercer em parte seus direitos contratuais, instituindo um sistema duplo de cobranças: os antigos consumidores

permaneceriam com o sistema anterior; os novos consumidores e aqueles antigos que tivessem suas instalações ampliadas, pagariam de acordo com a cláusula de 1907.

LEVY (1988: 236) explica o motivo da mudança de postura da Light:

“A ‘holding’ Brazilian Light and Power Co. Ltd. foi organizada num momento de colapso do mercado financeiro internacional e, a nível nacional, quando foi abandonado o padrão-ouro depois de fechada a Caixa de Conversão. O mercado de capitais em Londres se mostrara pouco receptivo em relação às ações da nova empresa, donde a aplicação às tarifas dos critérios contratuais era a solução para obter através de recursos próprios o que não conseguira captar de terceiros na Europa. Como a Light dependia exclusivamente do desempenho da filial brasileira para remunerar seus acionistas, a queda da cotação da moeda nacional implicava em prejuízo. A imposição do pagamento de metade da tarifa em ouro era imperiosa para a sobrevivência da empresa.”

Essa mudança no sistema de cobrança representou um golpe na competitividade industrial da cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para a desaceleração do crescimento dessa região.

A situação se agrava mais ainda a partir do segundo trimestre de 1920 (quando se registra grande redução das exportações), acrescentada de queda da taxa de câmbio, que passou de 17,82 d. para 11,38 d. no final do ano. Tendo estes fatos como pano de fundo, a Light, na busca de defender sua situação financeira, passa a cobrar todos os consumidores segundo a cláusula de 1907. Além disso, suspende o desconto voluntário que havia concedido até então a todas as empresas, passando a calcular a tarifa de consumo industrial pela soma das diferentes faixas de consumo a preços variáveis. O impacto da variação cambial mais as mudanças adotadas pela Light, elevaram em cerca de 10% do total dispendido em energia nas empresas que mais consumiam.

No tocante à remuneração da mão-de-obra, os dados do Censo de 1920 nos mostram que os salários pagos pela indústria do Rio de Janeiro eram os mais elevados do Brasil (ver tabela abaixo), tendo contribuído, por um lado, para ampliar o mercado local (possivelmente), mas por outro lado, para prejudicar seu desempenho quando a concorrência inter-regional se acirrou durante a I Guerra Mundial, agravada ainda mais por causa da presença de mercadorias estrangeiras na década de 1920.

As razões dessa disparidade salarial são atribuídas aos seguintes fatores:

- i) O custo de alimentação da mão-de-obra era muito alto, devido à baixa

produção de alimentos no antigo Distrito Federal e no antigo Estado do Rio de Janeiro, apesar das tentativas de diversificação agrícola.

- ii) Possivelmente pela menor intensidade do fluxo imigratório e talvez pelo efeito estabilizador criado pelo setor governamental, que garantia amplo emprego aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro.

Tabela 10
Salário Médio Diário dos Trabalhadores Adultos dos Principais Setores Industriais em 1920 (média dos salários de homens e mulheres adultos)

Unidade Federada	Indústria Têxtil	Indústria de Alimentação	Vestuário e Toucador
Distrito Federal	5\$942	4\$850	5\$899
Rio de Janeiro	4\$924	3\$099	3\$391
São Paulo	5\$206	4\$591	4\$924

Fonte (dados brutos): Censo de 1920 e Guarita (1986).

Dois outros fatores que possivelmente também contribuíram para o retrocesso relativo industrial do Rio de Janeiro: a instituição de taxas municipais (na cidade do Rio de Janeiro) sobre os produtos locais vendidos em outras regiões; a criação de impostos interestaduais, elevando o preço das matérias-primas adquiridas em outras regiões do país e ao mesmo tempo, afetando a entrada de mercadorias cariocas/fluminenses nos mercados regionais brasileiros.

Entretanto, a questão fundamental para o retrocesso relativo industrial da cidade do Rio de Janeiro não se encontra no que foi discutido até agora, mas sim na atrofia dos mercados que serviam de fontes de acumulação e escoadouro da produção industrial carioca, como o da sua região tributária, que sofria um processo de decadência da cafeicultura. Esse mercado também foi reduzido pela expansão industrial paulista, que passou a ser suprido (em parte) pela sua própria indústria, reduzindo o âmbito das atividades comerciais cariocas.

A década de 1920 ainda trouxe algum alento para a indústria da antiga capital federal, por causa da recuperação da economia cafeeira de Minas Gerais e da grande expansão cafeeira no Espírito Santo, além da expansão do gasto público federal, atenuando seu retrocesso relativo industrial. Contudo, a expansão industrial de São Paulo nessa época continuou elevada, tendo contribuído, provavelmente, para a inibição dessa tentativa de recuperação.

Segundo CANO (1998: 265), a economia da cidade do Rio de Janeiro

passaria, então, “(...) a ter nas atividades terciárias, o seu núcleo principal. Já em 1919, o censo demográfico mostrava que apenas 38,4% de sua população economicamente ativa estava alocada na produção física, e os restantes 61,6% na produção de serviços (15% em serviços domésticos). Essas cifras são muito importantes quando se pode compará-las com as de São Paulo, que no mesmo período ocupava 80,5% de sua força de trabalho na produção física, ou mesmo com as cifras das demais regiões brasileiras, que apresentavam uma ocupação de 86,6% na produção física.”

Apesar dessa reestruturação interna, o antigo Distrito Federal tentou reagir, penetrando nos mercados das demais regiões do país, não obtendo, contudo, grande sucesso, pois essa reação consistiu, na verdade, mais em “perder menos” do que em ganhar. E essa queda só não foi mais grave por dois motivos:

- i) Indústria estruturada desde cedo com estabelecimentos de grande porte e de alta produtividade, garantindo melhores condições de competitividade nas demais regiões.
- ii) Por se constituir o segundo mercado nacional permitiu-se-lhe implantar ramos industriais “complexos” (não tanto como São Paulo), que complementavam sua antiga produção industrial, garantindo, assim, uma reserva de mercado nacional para si. Isto poderia ter sido proporcionado por ações decisivas do setor público e pelas inversões diretas de capital estrangeiro, não tendo decorrido substancialmente de decisões intrínsecas do processo de acumulação de capital na própria região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Confrontando a discussão historiográfica com o resultado de nossas pesquisas, tiramos as seguintes conclusões:

- i) A cidade do Rio de Janeiro (juntamente com o antigo Estado do Rio de Janeiro), sofreu realmente um processo de retrocesso relativo industrial, comparativamente a São Paulo, dado o avanço e a consolidação da indústria dessa região.
- ii) Esse retrocesso esteve ligado à decadência da região cafeeira tributária do

antigo Distrito Federal, aos problemas enfrentados no tocante aos salários, às tarifas de energia elétrica e às tarifas de transporte e ao avanço da indústria paulista.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I) FONTES

- ANUÁRIO Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1936.
- ANUÁRIO Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1939/1940.
- ESTATÍSTICAS Históricas do Brasil.** Séries Econômicas, Demográficas e Sociais de 1550 a 1985. Rio de Janeiro, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1987.
- RECENSEAMENTO Realizado em 1º de Setembro de 1920 (Censo de 1920).** Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística, 1921.
- SÉRIES Estatísticas Retrospectivas.** Vol. 1 - Repertório Estatístico do Brasil - Quadros Retrospectivos (separata do Anuário Estatístico do Brasil - Ano V - 1939/40). Edição fac-similar (original publicada em 1941). Rio de Janeiro, IBGE, 1986.
- SÉRIES Estatísticas Retrospectivas (Censo de 1907).** Vol. 2 - O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias. Tomo 2 - Indústria Agrícola. Edição fac-similar (original publicado em 1908). Rio de Janeiro, IBGE, 1986.
- SÉRIES Estatísticas Retrospectivas (Censo de 1907).** Vol. 3 - O Brasil, suas Riquezas Naturais, suas Indústrias. Tomo 3 - Indústria de Transporte e Indústria Fabril. Edição fac-similar (original publicado em 1909). Rio de Janeiro, IBGE, 1986.

II) BIBLIOGRAFIA

- BESOUCHET, Lidia. **Mauá e seu Tempo.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.
- CAMARGO, José Francisco de. **Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos.** São Paulo, USP, 1952.
- CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial de São Paulo.** 4ª edição. Campinas, Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.
- _____. **Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). Estudos Econômicos,** São Paulo, 15(2), p.291-306, maio/ago. 1985.
- CORREIA, Heloisa Serzedelo. **Nova Friburgo: O Nascimento da Indústria (1890-1930).** Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1985. (Dissertação, Mestrado em História).
- COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República.** São Paulo, Grijalbo, 1976.
- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo (1880-1945).** São Paulo, Difel/Edusp, 1971.
- EGLER, Claudio Antonio Gonçalves. **Reflexões sobre Espaço e Periodização: Origens da Indústria no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1979. (Dissertação, Mestrado em Engenharia).

FARIA, Alberto de. **Mauá; Irineu Evangelista de Souza; Barão e Visconde de Mauá**. 2ª edição. São Paulo: Nacional, 1933.

_____. **Política e Poder no Estado do Rio de Janeiro na República Velha**. Revista do Rio de Janeiro, Niterói, UFF, v. 1, nº 1, 1985.

_____. **Em Busca da Idade do Ouro: As Elites Fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Edições Tempo Brasileiro, 1994, 167 p.

FISHLOW, Albert. Origens do Processo de Substituição de Importações. **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE/USP, p.10-14, 1971.

FRITSCH, Winston. **External Constraints on Economic Policy in Brazil, 1889-1930**. Londres, The Macmillan Press Ltd., 1988.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959, 242 p.

GOMES, Ângela Maria de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise**. Rio de Janeiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, 1988, 73 p.

GUARITA, Marco Antonio. **A Indústria de Transformação do Rio de Janeiro no Início do Século**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1986. (Dissertação, Mestrado em Economia).

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescimento Industrial, Políticas Governamentais e Organização da Burguesia: O Rio de Janeiro de 1844 a 1944. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, UFF, v. 1, nº 3, 1986.

LEVY, Maria Bárbara. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), 1977.

_____. As Tarifas de Energia Elétrica na Composição dos Custos Industriais do Rio de Janeiro no Início do Século. **Anais do I Congresso de História e Energia**, São Paulo, Eletropaulo, 1985.

_____. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas: Esboços de História Empresarial**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1988. (Tese para o concurso de Professor Titular da FEA/UFRJ).

LOBO, Eulalia Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro** (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro). Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

LUZ, Nícia Vilela. **A Luta pela Industrialização no Brasil: 1808 a 1930**. 2ª edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

MELO, Hildete Pereira de. **Formação Histórica da Economia do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, UFF, mimeo, 1985, 73 p.

_____. **O Café e a Economia do Rio de Janeiro (1888/1920)**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da UFRJ, 1993. (Tese, Doutorado em Economia).

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

NEUHAUS, Paulo (coord.). **Economia Brasileira: Uma Visão Histórica**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair Mendes de. **A Pré-Indústria Fluminense: 1808/1860**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987. (Tese, Doutorado em História).

PIGNATON, Álvaro. Origens da Industrialização do Rio de Janeiro. **Dados**, Rio de Janeiro, Campus, nº 15, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 12ª edição. São Paulo, Brasiliense, 1970.

SAES, Décio. **A Formação do Estado Burguês no Brasil: 1888-1891**. São Paulo,

Paz e Terra, 1985.

SILVA, Sérgio. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo, Alfa Omega, 1976.

SINGER, Paul. O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional, 1889-1930. In: FAUSTO, Boris (org.). **O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1975. v. 3. (História Geral da Civilização Brasileira).

SOARES, Luis Carlos. **A Manufatura na Formação Econômica e Social Escravista no Sudeste**. Um Estudo das Atividades Manufatureiras na Região Fluminense – 1840- 1880. Niterói, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1984. (Dissertação, Mestrado em História).

_____. **Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil – 1850/1950**. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

TANNURI, Luiz Antonio. **O Encilhamento**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 1977. 141 p. (Dissertação, Mestrado em Economia).

VERSIANI, Flávio Rabelo. Industrialização e Economia de Exportação: A Experiência Brasileira Antes de 1914. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, nº 34 (1), jan./mar. 1980.

_____. e VERSIANI, Maria Teresa R. O. **A Industrialização Brasileira Antes de 1930**: Uma Contribuição in VERSIANI, Flávio Rabelo e BARROS, José Roberto Mendonça de (organizadores). **Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização**. São Paulo, Saraiva, 1977.

VILLELA, Aníbal & SUZIGAN, Wilson. **Política de Governo e Crescimento da Economia, 1889-1945**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.